



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

#### PROJETO DE LEI Nº 3.912, DE 2024

Institui programa de oferta de cursos de extensão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para famílias de crianças surdas em universidades e institutos federais e cria o Selo de Inclusão para empresas que promovam medidas de apoio à participação dos trabalhadores nesses cursos.

**Autor:** Deputado NIKOLAS FERREIRA

**Relatora:** Deputada FLÁVIA MORAIS

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.912, de 2024, de autoria do Deputado Nikolas Ferreira, propõe a criação de um programa destinado à oferta de cursos de extensão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para famílias de crianças surdas em universidades e institutos federais. A iniciativa também prevê a instituição do Selo de Inclusão para empresas que adotem medidas de apoio à participação de seus trabalhadores nesses cursos.

Na exposição de motivos, o parlamentar destaca que a capacitação em Libras para familiares vai além da inclusão, representando uma valorização da dignidade e do fortalecimento dos vínculos familiares. O objetivo, segundo o autor, é favorecer a integração das crianças surdas à sociedade e contribuir para seu desenvolvimento cognitivo, social e educacional.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

A matéria foi encaminhada para análise pelas Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Educação, Finanças e Tributação (art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

O projeto não possui proposições apensadas e, encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta comissão.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

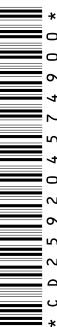
### II - VOTO DA RELATORA

Nos termos do art. 32, inciso XXIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), compete a esta Comissão analisar o mérito do Projeto de Lei nº 3.912, de 2024, em particular no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência.

Neste aspecto, o projeto é sem dúvida meritório.

O projeto destaca a relevância da comunicação na primeira infância, fator essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. Nesse contexto, e considerando que a maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes, que geralmente não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a oferta de oportunidades de aprendizado para familiares de crianças surdas mostra-se crucial. Afinal, a ausência de uma comunicação adequada pode prejudicar tanto o aprendizado quanto a construção de vínculos sociais, impactando negativamente a vida dessas crianças.

A proposta prevê a criação de um programa gratuito e semestral de cursos de extensão em Libras, estruturado em diferentes níveis de complexidade, com o intuito de atender às necessidades específicas





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

identificadas. O Ministério da Educação terá a incumbência de auxiliar as instituições na realização da busca ativa necessária para diagnosticar essa demanda. Isso possibilitará que a oferta dos cursos seja adequada ao perfil das famílias beneficiadas, ampliando o acesso à formação em Libras e promovendo, assim, uma inclusão mais efetiva das crianças surdas em seu ambiente familiar e social.

Ademais, o projeto prevê a criação do Selo de Inclusão, destinado às empresas que promoverem a participação de seus empregados nos cursos, seja por meio da disponibilização de espaços e materiais ou pela flexibilização de horários. As empresas certificadas poderão exibir esse selo como evidência de seu compromisso com a responsabilidade social. Isso representa um incentivo adicional para que o setor privado se envolva ativamente nas ações de inclusão, estimulando a adoção de práticas que favoreçam a participação dos trabalhadores em iniciativas voltadas à acessibilidade e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Embora o projeto represente um avanço, considera-se necessária a apresentação de uma emenda para aprimorar seu conteúdo e garantir a efetividade das medidas propostas. **A emenda pretende substituir, em toda a extensão do projeto, a expressão “crianças surdas” pela expressão “crianças surdas ou com deficiência auditiva”.**

Essa alteração visa alinhar o projeto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que adota a expressão “deficiência auditiva” e consagra o modelo biopsicossocial da deficiência. O Estatuto reconhece que a deficiência resulta da interação entre impedimentos e barreiras do ambiente físico e social, **abrangendo tanto a surdez quanto outras formas de deficiência auditiva.**

No contexto deste projeto de lei, o foco são os impedimentos auditivos, especialmente a perda auditiva profunda, e as barreiras de comunicação e informação. **Por isso, é fundamental que o texto contemple todas as situações em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4

**configure como recurso essencial para a inclusão e o desenvolvimento das crianças, não se limitando apenas àqueles que se identificam como surdos.**

Ademais, o universo das pessoas surdas e com deficiência auditiva é bastante diverso, abrangendo desde surdos usuários de Libras e surdos oralizados até pessoas que utilizam próteses auditivas ou implantes cocleares. Considerando que o próprio projeto prevê a busca ativa para identificar a demanda dos cursos de Libras, a adoção de uma definição mais abrangente permitirá que essa identificação seja feita de forma mais adequada às necessidades reais das famílias.

Assim, a emenda contribui para garantir que todas as famílias de crianças com deficiência auditiva – e não apenas aquelas de crianças com surdez profunda – sejam contempladas pelo programa, ampliando a efetividade da medida e adequando o texto à legislação vigente.

Nesses termos, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.912, de 2024, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

2025-2849





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

5

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

#### PROJETO DE LEI Nº 3.912, DE 2024

Institui programa de oferta de cursos de extensão em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para famílias de crianças surdas em universidades e institutos federais e cria o Selo de Inclusão para empresas que promovam medidas de apoio à participação dos trabalhadores nesses cursos.

#### EMENDA Nº

Substitua-se, em toda a extensão do projeto, inclusive na ementa, a expressão “crianças surdas” pela expressão “crianças surdas ou com deficiência auditiva”.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada FLÁVIA MORAIS  
Relatora

2025-2849



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259204574900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes

